

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.249 - CE (2019/0297038-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LUCAS PINHEIRO CAVALCANTE CIDRAO
ADVOGADO : KAIO GALVAO DE CASTRO - CE031507
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO
PACIENTE : ILSO CESAR DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **IlsO Cesar dos Santos** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de tráfico transnacional de drogas –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva imposta ao paciente pelo Juízo Federal da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará (Processo n. 0813061-96.2019.4.05.8100).

Alega-se, em síntese, ausência de fundamentação na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que o paciente aguarde em liberdade provisória o julgamento de mérito do presente *writ*.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável o acolhimento da pretensão, porquanto o Magistrado singular, ao determinar a prisão cautelar do paciente, evidenciou elemento concreto a subsidiar a segregação ao destacar que (fl. 64 – grifo nosso):

[...] A ordem pública resta extremamente abalada com conduta dos custodiados, que se prestam ao tráfico internacional de drogas, tendo sido presos em flagrante quando transportavam **cerca de 2,6kg de cocaína** em sua bagagem. Destaque-se que, até o momento, nenhum comprovante de atividade laboral lícita e de residência dos custodiados foi apresentada, assim como as respectivas certidões de antecedentes criminais, sendo, portanto, temerário conceder-lhes liberdade nesta audiência preliminar de custódia, ante o concreto risco de fuga do distrito de culpa, já que, pelos elementos apurados até o momento, sabe-se que

Superior Tribunal de Justiça

sequer residem nesta urbe. [...]

Razão pela qual não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência, neste momento.

Ademais, a pretensão se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da sua apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a.**

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator